



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MARIA TEREZA ANDRADE DE FARIAS AIRES

**ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE
LITERATURA**

CAMPINA GRANDE

2022

MARIA TEREZA ANDRADE DE FARIAS AIRES

**ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Josevânia da Silva

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A298e Aires, Maria Tereza Andrade de Farias.
Envelhecimento da população negra [manuscrito] : uma
revisão narrativa de literatura / Maria Tereza Andrade de
Farias Aires. - 2022.
23 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e da Saúde , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Josevânia da Silva ,
Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Envelhecimento. 2. População negra. 3. Racismo. I.
Título

21. ed. CDD 155.6

MARIA TEREZA ANDRADE DE FARIAS AIRES

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

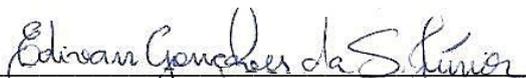
Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 15/12/2022.

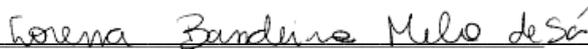
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Josevânia da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Edivan Gonçalves da Silva Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Lorena Bandeira Melo de Sá
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

A primeira coisa que consigo pensar ao escrever as linhas dessa sessão parte de uma música de Gonzaguinha, chamada “Caminhos do coração (Pessoa = Pessoas)”, em que ele diz:

*“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

*E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar*

*É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração”*

Essa letra me atravessa muito profundamente porque ela expressa, na sua mais pura forma, o quanto as pessoas precisam umas das outras para seguirem em frente. Comigo não foi diferente. Não teria conseguido nada disso se não fossem as pessoas que estão comigo e que não soltam minha mão. Assim sendo,

Aos meus pais, Fátima e Dida, por serem fonte inesgotável de amor, de inspiração, de cuidado, de força;

Às minhas irmãs, Heloá e Luiza, por todo zelo, por acreditarem em mim mais do que ninguém, por torcerem por minhas conquistas, por serem minhas maiores fontes de inspiração e orgulho, e pelas irmãs sensacionais que vocês são para mim;

Aos meus sobrinhos, Vinícius e Amanara, por serem meus maiores refúgios, fonte de amor, de paz, de afeto e de esperança em dias melhores;

À André, Corrinha e tia Darc, por serem fonte de afeto e de refúgio;

À minha orientadora, Josevânia, por toda paciência, respeito, afeto, crença e parceria. Sem você, eu teria desistido mais uma vez. Muito obrigada!

À Edivan e Lorena, por aceitarem o convite de participarem desse processo de finalização. Pessoas como vocês fazem toda diferença na Academia;

Aos meus amigos Bia, Marcella, Ana e Matheus; E aos da graduação, Gustavo, Duda, Júlia, Babi e Renato. Vocês fizeram esse percurso possível e melhor.

Por fim, como diria Lenine: *“o que eu sou, eu sou em par. Não cheguei sozinho”*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais – Mundo: 1950-2100.....	10
Figura 2. População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais – Brasil: 1950-2100.....	10
Figura 3. Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil (Por raça/cor, de 2012 a 2021).....	16

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REVISÃO TEÓRICA	09
2.1	Envelhecimento e velhices	09
2.2	Apontamentos sociohistóricos do racismo no Brasil	13
2.3	Racismo estrutural e envelhecimento da população negra	14
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS.....	19

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

AGING OF THE BLACK POPULATION: A NARRATIVE LITERATURE REVIEW

Maria Tereza Andrade de Farias Aires¹

Josevânia da Silva²

RESUMO

No contexto da população idosa, os negros e negras sofrem mais severamente ao longo da vida uma sucessão de negação em termos de direitos e bem-estar social, o que colabora para uma velhice marcada pelo racismo estrutural. A população idosa, muitas vezes, é abordada como categoria genérica, sem considerar a intersecção entre aspectos tais como ser velho e ser preto, fenômenos socialmente perpassados por estigmas e preconceitos. Este estudo teve por objetivo analisar o envelhecimento da população negra a partir de uma revisão narrativa da literatura. Inicialmente, serão tecidas considerações sobre o envelhecimento e a velhices enquanto fenômenos relacionados e perpassados por aspectos sociais e históricos. Na sequência, foram realizados apontamentos sobre o racismo em seus aspectos históricos, sobretudo na realidade brasileira. Por último, discorreu-se sobre a relação entre o racismo e o envelhecimento da população negra. Espera-se contribuir com os estudos sobre racismo e suas repercussões no processo de envelhecimento.

Palavras-chave: envelhecimento; população negra; racismo.

ABSTRACT

In the context of the elderly population, black men and women suffer more severely throughout their lives from a succession of denials in terms of rights and social well-being, which contributes to an old age marked by structural racism. The elderly population is often approached as generic category, without considering the intersection between aspects such as being old and being black, phenomena socially permeated by stigmas and prejudices. This study aimed to analyze the aging of the black population based on a narrative review of the literature. Initially, considerations will be made about aging and old age as related phenomena permeated by social and historical aspects. Afterwards, notes were made on racism in its historical aspects, especially in the Brazilian reality. Finally, the relationship between racism and the aging of the black population was discussed. It is expected to contribute to studies on racism and its repercussions on the aging process.

Keywords: aging; black population; racism.

¹ Aluna de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: maria.aires@aluno.uepb.edu.br

² Docente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: josevania.psi@servidor.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No contexto da população idosa, os negros e negras sofrem mais severamente ao longo da vida (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020) uma sucessão de negação em termos de direitos e bem-estar social, o que colabora uma velhice marcada pelo racismo estrutural (RABELO *et al.*, 2018). O termo racismo cultural está baseado no entendimento de que o racismo atua enquanto estrutura de opressão em diversos níveis e setores da sociedade, possuindo raízes históricas, as quais direcionam e fundamentam modos de produção, de pensamento e de práticas sociais (ALMEIDA, 2019). Nessa direção, Bersani (2018) afirmou:

O racismo estrutural corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado (p.193).

O racismo estrutural colabora para o gerontocídio, termo que faz referência às ações sociais, institucionais e individuais que colabora para a morte e o morrer de pessoas idosas. O gerontocídio é uma expressão da necropolítica quando os velhos(as), em especial os de vida precária, são reconhecidos como vidas que não merecem viver ou gozar dos escassos recursos de cuidado social e de saúde (HENNING, 2020).

A vivência do racismo e do preconceito gera o chamado sofrimento ético político (SAWAIA, 2017), uma vez que a gênese deste sofrimento não está na pessoa que sofre, mas em condições sociais, econômicas, culturais e históricas. Tais condições concretizam, com impacto subjetivo, a partilha desigual dos bens e possibilidades amealhados pela humanidade.

Na impossibilidade de excluir os sujeitos considerados supérfluos na produção capitalista, sua inclusão é vivenciada de modo indigno e seu sofrimento invisibilizado e naturalizado. A morte do corpo físico é antecedida por uma morte social em diversas etapas da vida, sendo potencializada na velhice. É neste cenário que o elevado número de mortes pela Covid-19 entre as pessoas negras, para todos os grupos etário, no Brasil, aponta para o racismo estrutural (ARAÚJO *et al.*, 2021).

O racismo é um preconceito tecido em processos sociais e históricos, os quais legitimam discriminações e geram sofrimento psíquico, exclusão social e suicídio de diversas pessoas idosas (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018). Embora afete o sujeito de

modo singular, o sofrimento advindo do preconceito não deve ser compreendido como algo individual, apartado das relações sociais e do contexto no qual se constrói. Assim, ressalta-se que o racismo, além de ser um determinante social da saúde (LODUVICO *et al.*, 2021) é uma tecnologia de poder político que direciona o olhar sobre os corpos, seus significados e valores (ALMEIDA, 2019).

Em seu livro *Quem tem medo de feminismo negro?*, de 2018, Djamila Ribeiro considerou que “é urgente que pessoas brancas discutam o racismo pelo viés da branquitude, que se questionem (...) Quantas vezes fui obstáculo no sonho de uma pessoa negra por achar que filha de empregada doméstica não pode fazer faculdade?” É neste questionar sobre as repercussões psicossociais do racismo nas diversas esferas da sociedade, que se faz necessário o desenvolvimento de investigações científicas que colaborem para evidenciar o racismo estrutural, suas consequências e ações de para seu enfrentamento.

A população idosa, muitas vezes, é abordada como categoria genérica, sem considerar a intersecção entre aspectos tais como ser velho e ser preto, fenômenos socialmente perpassados por estigmas e preconceitos. Esta invisibilidade da população idosa negra, não só no contexto da saúde, possui suas raízes em séculos de exclusão e desigualdade social (QUADROS *et al.*, 2020). Observa-se, por exemplo, a necessidade de aumento no número das produções acadêmico-científicas sobre racismo e velhice, no Brasil, notadamente quando se considera que a maioria da população idosa é composta por negros e negras. Muitas vezes, as abordagens sobre cor/raça fazem à população negra muito mais enquanto um dado socioeconômico para fins estatísticos, carecendo de uma análise crítica dos fenômenos.

A OMS (2005) propõe uma política de envelhecimento ativo a fim de possibilitar o favorecimento da qualidade de vida das pessoas na velhice a partir de seis aspectos determinantes: econômicos, sociais, ambiente físico, pessoal, comportamentais, serviços sociais e de saúde. Não obstante, um envelhecimento ativo e otimizado só é possível quando se considera o enfrentamento do racismo estrutural e a garantia dos direitos humanos (SILVA, 2019).

O envelhecimento é um processo gradativo, diário e subjetivo. Para que se alcance um envelhecimento saudável, é preciso que haja esforço não só das pessoas enquanto indivíduo e comunidade, mas também dos órgãos públicos. No entanto, mesmo com iniciativas governamentais ou independentes, visando que a voz da

população negra seja ouvida, tais iniciativas mostram-se insuficientes quando se trata do envelhecimento desta população.

Este estudo partiu da seguinte questão de pesquisa: como o racismo repercute no processo de envelhecimento da população negra? Nessa direção, o artigo teve por objetivo analisar o envelhecimento da população negra a partir de uma revisão narrativa da literatura. Assim, inicialmente, serão tecidas considerações sobre o envelhecimento e a velhices enquanto fenômenos relacionados e perpassados por aspectos sociais e históricos. Na sequência, são realizados breves apontamentos sobre o racismo em seus aspectos históricos, sobretudo na realidade brasileira. Por último, são tecidas considerações sobre relação entre o racismo e o envelhecimento da população negra, notadamente em relação às suas repercussões ao longo da vida.

2 REVISÃO TEÓRICA

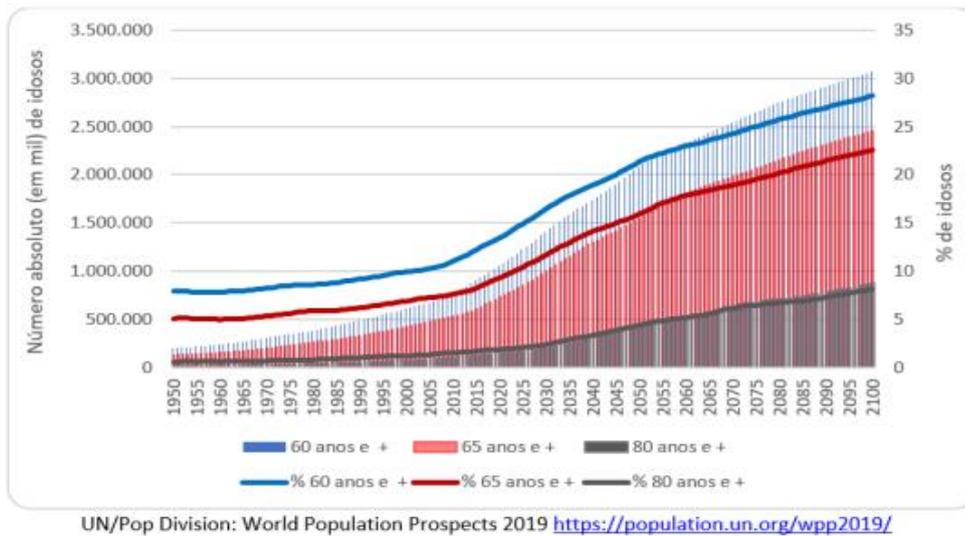
2.1 Envelhecimento e velhices

Compreende-se o envelhecimento humano como um processo biológico pelo qual poderá passar todos os seres humanos (ROCHA, 2018; ALMEIDA; MOCHEL; OLIVEIRA, 2011), e a velhice a última etapa do curso de vida (YASSUDA; NERI, 2014). Tanto o envelhecimento quanto a velhice são fenômenos perpassados pelo contexto social e cultural. A maneira pela qual as pessoas envelhecerão possui relação com aspectos econômicos e políticos, com as condições de vida, entre outros.

Nas últimas décadas, a população mundial tem passado por um processo de transição demográfica, e isso se dá porque tanto a taxa de fecundidade como a taxa de mortalidade diminuíram no mundo (TURRA, 2018). Como consequência, observa-se o aumento da idade média da população e, mais que isso, o aumento da população idosa mundial, uma vez que com o avanço da ciência, da tecnologia e das políticas públicas, a exemplo de saneamento básico, a quantidade de filhos por mulher diminuiu no decorrer do tempo (CORTEZ *et al.*, 2019).

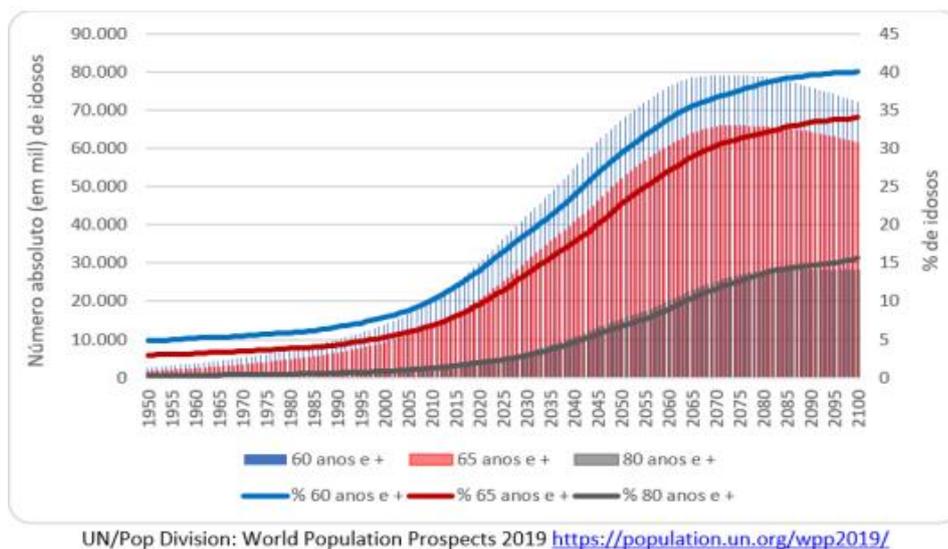
Quando se analisa o crescimento absoluto e o crescimento percentual de pessoas idosas, Alves (2019) destacou que, o envelhecimento populacional teve crescimento acelerado ao longo do século XXI, embora esse crescimento já fosse observado desde 1950, conforme figura abaixo.

Figura 1. População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais – Mundo: 1950-2100.



Na realidade brasileira, a curva de crescimento do envelhecimento da população ocorre de modo ainda mais acelerado em comparação com as projeções mundiais (Figura 2). Ademais, esse crescimento não ocorreu na mesma direção dos investimentos sociais e econômicos, tendo em vista melhor lidar com as demandas relativas à transição demográfica.

Figura 2. População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais – Brasil: 1950-2100.



Em 2017, a Organização das Nações Unidas estimou que o mundo possuía 962 milhões de pessoas nessa faixa etária, com perspectiva de aumento nas décadas seguintes. As projeções consideram que, em 2030, o mundo terá 1,4 bilhão de pessoas idosas, podendo esse índice dobrar até 2050, chegando à marca de 2,1 bilhões de pessoas, aproximadamente (ONU, 2017). No Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), ocorreu um aumento de 39,8% do percentual de pessoas idosas entre 2012 e 2021 (IBGE, 2021), passando 22,3 milhões para 31,2 milhões de idosos, o que corresponde a 14,7% da população brasileira (IBGE, 2021).

Com a transição demográfica, ocorre também uma transição epidemiológica, que consiste ocorridas nos padrões das causas de mortalidade e doenças, bem como nos perfis de idade nos quais elas se manifestavam. Nas últimas décadas, ocorreu a redução de doenças infecciosas, passando para um maior predomínio de doenças crônicas não transmissíveis (ARIAS *et al.*, 2022).

Porém, envelhecer se tornou algo desafiador à medida que a prevalência de agravos crônicos também sofreu aumento significativo. Logo, para se viver mais é preciso que haja qualidade de vida. Para tal, torna-se necessário investimentos em ações de prevenção e promoção da saúde (VERAS; OLIVEIRA, 2018).

A transição epidemiológica aponta para a necessidade de os órgãos governamentais, junto à sociedade, planejar o direcionamento de recursos a fim de construir um envelhecimento bem-sucedido (OLIVEIRA, 2019). Assim como envelhecer é um processo, os investimentos em políticas públicas deveriam ocorrer ao longo do desenvolvimento humano, nas mais variadas esferas da vida, tais como atividades sociais, laborais, físicas, bem como na garantia e manutenção da dignidade da pessoa que envelhece (MARTINS; ABRANTES; FACCI, 2020; SILVA *et al.*, 2021).

Com os fenômenos do envelhecimento populacional e da transição epidemiológica, diversas áreas do saber, como a antropologia, a sociologia e a psicologia do envelhecimento têm direcionado investigações para compreender as repercussões nas sociedades em geral e nas relações familiares. Isto é ainda mais urgente, quando se considera que envelhecer não é um processo igual para todos e a idade não é o único demarcador dessa etapa da vida (SILVA *et al.*, 2021).

Embora a idade cronológica seja, frequentemente, utilizada como marcador para definir a fronteira a partir da qual as pessoas adentram à velhice, sabe-se que este não é o indicador preciso para as mudanças que acompanham o processo de

envelhecimento (SANTOS; LAGO, 2016). Nos países desenvolvidos, a Organização Mundial de Saúde considera que são pessoas idosas aquelas com 65 anos ou mais. Já em países em desenvolvimento, as pessoas com idades a partir dos 60 anos (WHO, 2008).

A demarcação da idade em razão dos níveis de desenvolvimento socioeconômico dos países aponta para a estreita relação entre o processo de envelhecimento e os fenômenos sociais, históricos, econômicos, culturais, entre outros. A idade tornou-se constantemente reconhecida como produtora de diferenciação social, com papel de marcador social e de identidade, mas também sublinhando seu poder na definição das relações sociais, dando origem a instituições e criando desigualdades (KREKULA; NIKANDER; WILIŃSKA, 2018).

Dependendo do contexto em que se vive, também existirão diferenças no modo como as sociedades representarão o envelhecimento e a velhice (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Em culturas ocidentais, verificam-se representações a partir de uma lógica capitalista de produtividade, o que colabora para preconceitos e exclusão da pessoa idosa. A percepção que se tem de pessoas idosas, no imaginário social, é a de que são incapazes de cuidar de si próprias. No entanto, nem sempre essa ideia condiz com a realidade.

Quando se tem uma vida ativa, de modo a ter força para exercer ao menos as funções básicas necessárias para a autorregulação de si próprio. Não obstante, envelhecer de forma ativa e bem-sucedida não se restringe às vontades individuais, como se fosse, meramente, uma questão de estilo de vida (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Por exemplo, existem diferenças na esperança de vida ao nascer conforme os níveis de desenvolvimento social e econômico. Mesmo dentro de um país, como o Brasil, a expectativa de vida varia em função da região em que a pessoa reside (CAMARGOS *et al.*, 2019).

Considera-se que não existe uma categoria homogênea que aponte para uma velhice, mas é reconhecido as diversas velhices, uma vez que o modo como cada pessoa se desenvolve ao longo do curso de vida é perpassado por condições vida e de existência (FERNANDES-ELOI; SILVA; SILVA, 2020). Observam-se, por exemplo, variações quanto ao estado de saúde, participação social, níveis de independência, pobreza, condições de trabalho e aposentadoria na velhice, tendo como marcador dessas iniquidades sociais aspectos relacionados ao racismo (RABELO *et al.*, 2018; FERNANDES-ELOI; SILVA; SILVA, 2020).

2.2 Apontamentos sociohistóricos do racismo no Brasil

Historicamente, o período de colonização do Brasil pelos portugueses foi caracterizado, entre outros aspectos, pela vinda da população negra escravizada que, ao serem retirados do seu continente e colocadas em porões de navios negreiros, passavam a viver sob opressão, violência e exploração (CAMEIRO, 2010; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018). O processo de colonização brasileira dá início a um longo período histórico, no qual a população negra foi submetida ao trabalho forçado até os limites de suas forças.

O que a população negra herdou da construção do processo socioeconômico e histórico perdura, negativamente, ainda hoje, uma vez que este se deu a partir da mão de obra escrava, no qual a pessoa negra era vista meramente como mercadoria pela população branca, de modo tal a tirar-lhes uma existência digna. Através de um processo de infra humanização, a população negra era colocada numa posição de humanidade incompleta, animalizada, despossuída de alma e subjetividade, que era destinada aos serviços extremos e às mais variadas formas de violência (CARNEIRO, 2019).

O Brasil, foi um dos últimos países a abolir a escravidão com a sanção da Lei Áurea (Lei nº 3.353), em 1888. Há que se considerar que a “libertação” dos escravos não derivou da benevolência da elite burguesa branca, mas tem relação com um contexto social e de conflitos que contribuiu para esse desfecho, notadamente quando se considera os movimentos de resistência à escravidão por parte da população negra (LEITE, 2017).

Em detrimento de interesses políticos foi concedida a liberdade jurídica aos escravos, mas muitos deles restaram sem moradia ou assistência estatal, em um processo histórico de abandono que atravessa os interesses políticos e econômicos que pressionaram sua liberdade e permeia-se na exclusão social que ainda vemos na atualidade vivenciada pela população negra (SILVA, 2018, p.7).

A abolição da escravidão, no Brasil, não deu à população negra a possibilidade de viver com dignidade, uma vez que a abolição aconteceu por pressão interna no Brasil, e não com o objetivo de integrar esta população à sociedade. Ademais, a lei não previa qualquer ressarcimento pelo prolongado processo histórico de exploração e escravidão, bem como qualquer amparo ou direito adicional, o que contribuiu para

que a população negra continuasse na condição de escravos e submetida às precárias condições de vida e trabalho (LUNA, 1968).

A população negra, durante prolongado período histórico, viveu à margem da sociedade, podendo-se observar a existência de uma sociedade que se estruturou e seguiu estruturando-se às custas da opressão, negando e negligenciando a dignidade da população negra. E, com isso,

Afastados geopoliticamente, não inseridos no mercado de trabalho e vivendo em condições precárias, o negro foi largado à própria sorte num ambiente de violência, sendo visto e lembrado pelo Estado apenas no momento de criminalização de desvios e, em aportes atuais, na imposição de pacificação (SILVA, XX, p.8).

A libertação da discriminação racial e de suas consequências demandam ações para além do estabelecimento de leis, embora tais dispositivos sejam fundamentais para combater e punir as ações de discriminação. Mesmo com a Lei Áurea, as práticas de exploração e violências continuaram como marcas desse período e ainda são presentes na contemporaneidade.

Nas últimas décadas, diversos movimentos antirracistas ganharam força no Brasil e no mundo. Como exemplo, destaca-se o *Black Lives Matter*, de 2013, de origem norte-americana, visando lutar contra violências direcionadas às pessoas negras, bem como a *Enegrecida*, de origem paraibana, criado em 2017, por Carolina Brito, com o intuito de colocar em pauta as questões raciais, com palestras, exposições, atividades formativas. Tais enfrentamento são fundamentais, uma vez que os rastros da escravidão e do pensamento escravocrata ainda estão presentes no tecido social (ALMEIDA, 2019).

2.3 Racismo estrutural e envelhecimento da população negra

O racismo gera repercussões ao longo da vida através de dispositivos que excluem e mantêm processos de exclusão nas mais variadas dimensões, determinando o modo como a população negra envelhece. “*A exclusão cotidiana de oportunidades e a discrepância nas possibilidades de ascensão entre população branca e a não branca interfere, assim, nas trajetórias de vida e na saúde física e mental*” (SANTOS, 2022, p.12).

Para se compreender as repercussões do racismo em processos de exclusão social da população negra, com impactos na velhice, ressalta-se que “os traços

constitutivos essenciais das situações de exclusão não se encontram nas situações em si mesmas” (CASTEL, 1997, p. 21), uma vez que os limites entre exclusão e inclusão são tênues. Os processos de exclusão são resultantes de um entrelaçamento de diversos fios que formam o tecido social (PATIÑO; FARIA, 2019).

As artimanhas da exclusão são verificadas quando a sociedade tende a incluir para, depois, excluir (SAWAIA, 2017). Isso colabora para uma espécie de inclusão social perversa, à exemplo das políticas assistencialistas desvinculadas de outras propostas de impactos efetivos, que não contribuem para modificar o racismo estrutural e as bases que mantem os processos de exclusão.

A vivência permanente de um sofrimento, que é produzido socialmente, colabora para uma espécie de morte em vida, como afirmava Sawaia (2017) ao falar sobre o sofrimento ético político. Por isso, considera-se que exclusão decorre de configurações que são socialmente instituídas, abarcando as esferas econômicas, políticas, culturais e/ou institucionais (PATIÑO; FARIA, 2019). Assim, se faz necessário discorrer sobre as diversas formas de exclusão social decorrentes do racismo estrutural e que afetam o processo de envelhecimento da população negra nas diversas etapas do curso de vida (infância, juventude, maturidade e velhice).

O racismo estrutural tem repercussões desde a infância, ainda quando as crianças estão no ventre materno. Não à toa, por exemplo, mulheres negras costumam vivenciar uma maternidade solitária, advinda de abandono, encarceramento ou morte, consequências do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). A maior prevalência de violência obstétrica ocorre entre mulheres negras, como se a dor tivesse cor. São as mulheres negras as que recebem menos procedimentos para o alívio das dores do parto, bem como são colocadas na condição de não possuírem autonomia sobre seu corpo e com menos sensibilidade à dor (ARANTES *et al.*, 2021).

Ainda no que se refere à infância, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), indicou que entre 2012 e 2021, houve um aumento de 66,3% no percentual de crianças entre seis e sete anos que não sabiam ler e escrever. Em 2019, 1,4 milhões de crianças (25,1%) estavam nessa condição, passando para 2,4 milhões de crianças (40,8%) em apenas dois anos.

Na análise por raça, a discriminação racial está presente quando se verifica que tais percentuais são maiores entre as crianças pretas e pardas (conforme a terminologia do IBGE), conforme figura abaixo.

Figura 3. Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil (Por raça/cor, de 2012 a 2021).



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Para esta população, os índices saltaram, respectivamente, de 28,8% e 28,2%, em 2019, para 47,4% e 44,5%, em 2021 (IBGE, 2021). Constata-se, por tanto, processos de exclusão estrutural, que irão repercutir ao longo da vida. Outros indicadores apontam a discriminação racial em termos de insegurança alimentar para domicílios chefiados por mulheres negras (SILVA *et al.*, 2022), trabalho infantil (SILVA; SILVA, 2021) e indicadores de saúde (GUIOTOKU *et al.*, 2012) na infância da população negra.

Na juventude, o racismo estrutural está presente, muitas vezes de forma flagrante, no maior número de mortes e assassinatos da juventude preta, além do maior percentual de abordagens policiais e encarceramento (MATOS; MAIA, 2021), bem como nos índices de feminicídio de mulheres preta e jovens (ROMIO; SILVA, SD). Ademais, ao longo da juventude e maturidade, a concretude da exclusão é observada nas condições de moradia, uma vez que as pessoas residentes em residências precárias e com elevados níveis de vulnerabilidade são, em sua maioria, pessoas pretas e pardas (MORAES, 2018).

Iniquidades sociais também são observadas nas condições de trabalho precário e com baixos salários (SANTOS, 2022). No Brasil, 65 % das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, as quais ganham 15 % menos que as mulheres não negras, com jornadas de trabalho semanal de 52 horas em média (IBGE, 2020)

O impacto das disparidades étnico-raciais na saúde mental da população negra tem sido objeto de estudo em países desenvolvidos, tendo em vista sistematizar indicadores que possibilitem a implementação e acompanhamento de políticas públicas. Achados nessa direção têm evidenciado “menos satisfação com a vida e menos bem-estar subjetivo, assim como taxas mais altas de morbidade e mortalidade ao longo da vida, com tais disparidades presentes em todas as camadas sociais” (WILLIAMS; PRIEST, 2015, p. 127). Nos países em desenvolvimento, existem dados sobre as disparidades étnico-raciais em saúde são subnotificados ou incompletos. Contudo, tem havido um crescimento de estudos sobre diversos temas, como no contexto da velhice.

Existem interseccionalidades entre o preconceito racial e o preconceito de idade (ALVES; ARAÚJO, 2020), fazendo com que estes marcadores sociais impactam em iniquidades na saúde das pessoas idosas. Dados analisados, nos Estados Unidos, através de modelos de regressão logística evidenciou a relação entre privação de direitos em razão do racismo estrutural e piores desfechos em saúde de pessoas na maturidade e velhice (HOMAN; BROWN, 2022). Verificou-se maior prevalência de sintomas depressivos, mais limitações funcionais, mais dificuldade em realizar atividades instrumentais da vida diária.

Pesquisa qualitativa sobre os eventos considerados estressantes por pessoas idosas negras, demonstrou que os eventos vivenciados antes da velhice versaram sobre aspectos do contexto familiar, além de questões relativas ao adoecimento, morte, luto e discriminação racial (SANTOS; RABELO, 2022). Na velhice, permearam eventos que abarcaram demandas de saúde e autonomia, afetividade e suporte social, discriminação e as condições materiais. Para os autores, tais situações estressoras apresentam-se como eventos não normativos, que são delineados pelos contextos de vida das pessoas idosas negras (SANTOS; RABELO, 2022).

O racismo reflete em diferenças nas expectativas de vida. Quando se considera as pessoas com 70 anos ou mais, a proporção de pessoas negras é inferior quando comparado com pessoas brancas (OLSHANSKY, et al., 2012). Tais diferenças são acentuadas quando esses dados são analisados a partir do intercruzamento com níveis educacionais e socioeconômicos, o que aponta para as repercussões do racismo estrutural em uma amplitude de dimensões da vida.

Considera-se, portanto, que a promoção de um envelhecimento bem-sucedido passa pelo reconhecimento dos diversos modos de envelhecer, que é tecido por

interseccionalidades. Há que se considerar aspectos como raça/cor, gênero, orientação sexual, níveis socioeconômicos e educacionais. No contexto da população negra, é imperativo o enfrentamento e combate ao racismo estrutural e suas diversas manifestações ao longo da vida, tendo em vista a promover mais que a ampliação da expectativa de vida, mas qualidade de vida a medida em que se envelhece.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar o envelhecimento da população negra a partir de uma revisão narrativa da literatura. No seu desenvolvimento, discorreu-se sobre o racismo estrutural enquanto um fenômeno que possui raízes históricas, principalmente a partir do período colonial pelo qual passou o Brasil. Não obstante, mesmo passados séculos de história, o racismo estrutural ainda é manifestado em diversas dimensões da vida, tais como: nascimento, escolaridade, trabalho, condições de vida, aposentadoria, desfecho em saúde, entre outros. Por isso, foi evidenciado que não existe uma maneira única de se envelhecer. A última etapa do curso de vida é atravessada por interseccionalidades, as quais contribuem para modos distintos de vida e existência.

Diante do que foi exposto, políticas de inclusão efetivas são necessárias para combater as disparidades raciais e os indicadores sociais da população negra. À exemplo, destaca-se a importância de políticas como o Bolsa Família, que estavam estruturadas a partir de outros indicadores sociais, sendo as mulheres as principais responsáveis pelo manejo do benefício.

Outra importante política, foi a inserção de estudantes negros e pardos através de cotas raciais, objetivando diminuição das desigualdades sociais e a inserção destes no mercado de trabalho. Ademais, ressalta-se a manutenção das políticas públicas de saúde, saneamento básico e infraestrutura, que contribuem para a qualidade de vida no processo de envelhecimento da população negra. Colocar em prática iniciativas de inclusão, socialização, humanização e reconhecimento da precarização da vida negra no Brasil se faz urgente.

Este estudo, de natureza bibliográfica, apresenta limitações em razão da impossibilidade de abranger todos os aspectos relacionados ao envelhecimento da população negra, além de ter dado ênfase ao contexto brasileiro. Em estudos futuros,

sugere-se investigações empíricas, que considerem marcadores como gênero, orientação sexual, bem como a variabilidade do envelhecer em razão das regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro. *Pólen*, 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. *Revista Longeviver*, 2019.

ALVES, Mateus Egilson da Silva; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes. Interseccionalidade, raça e sexualidade: compreensões para a velhice de negros LGBTI+. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 12, n. 2, p. 161-178, 2020.

ANUNCIAÇÃO, Diana et al. (Des) caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 3861-3870, 2022.

ARAÚJO, Edna Maria de et al. Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. *Saúde em debate*, v. 44, p. 191-205, 2021.

ARIAS, Jenny García et al. Epidemiological Transitions in Venezuela: Spatial Differences in the Causes of Death, 2000-2010. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 16, p. e202206-e202206, 2022.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. *Revista Extraprensa*, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018.

CAMARGOS, Mirela Castro Santos et al. Estimativas de expectativa de vida livre de incapacidade funcional para Brasil e Grandes Regiões, 1998 e 2013. *Ciência & saúde coletiva*, v. 24, p. 737-747, 2019.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo, Brasil: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, S. *Raça e direitos humanos no brasil*. Correio Braziliense, 2010.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. *Desigualdade e a questão social*, v. 2, p. 17-50, 1997.

CERQUEIRA, Jefferson Luiz Castro et al. Representações sociais do envelhecimento e qualidade de vida na velhice ribeirinha. *Revista de Psicologia*, v. 39, n. 1, p. 85-113, 2021.

CORTEZ, Antônio Carlos Leal et al. Aspectos gerais sobre a transição demográfica e epidemiológica da população brasileira. *Enfermagem Brasil*, v. 18, n. 5, 2019.

- FERNANDES-ELOI, Juliana; SILVA, Angélica Maria Sousa; SILVA, Josevânia. Ageísmo: Percepção de pessoas idosas usuárias do CRAS. *Revista Subjetividades*, v. 20, p. online em: 20/05/2020-online em: 20/05/2020, 2020.
- FERREIRA, João Caio Silva Castro et al. Envelhecer bem: promovendo a autoestima e o amor-próprio na terceira idade. *Processos Socioeducativos*, p. 69-75. 2020.
- GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, 2020.
- GUIOTOKU, Sandra Katsue et al. Iniquidades raciais em saúde bucal no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 31, n. 2, p. 135-141, 2012.
- HENNING, Carlos Eduardo. Nem no Mesmo Barco nem nos Mesmos Mares:: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 29, n. 1, p. 150-155, 2020.
- HOMAN, Patricia A.; BROWN, Tyson H. Sick And Tired Of Being Excluded: Structural Racism In Disenfranchisement As A Threat To Population Health Equity: Study examines structural racism in disenfranchisement as a threat to population health equity. *Health Affairs*, v. 41, n. 2, p. 219-227, 2022.
- KREKULA, Clary; NIKANDER, Pirjo; WILIŃSKA, Monika. Multiple marginalizations based on age: Gendered ageism and beyond. In: *Contemporary perspectives on ageism*. Springer, Cham, 2018. p. 33-50.
- LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. *Sankofa*, v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017.
- LODUVICO, Grazielle Oliveira et al. Racismo institucional: percepção sobre a discriminação racial nos serviços de saúde/Institutional racism: perception about racial discrimination in health services. *Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo*, p. 1 of 6-1 of 6, 2021.
- LUNA, L. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1968.
- MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Autores Associados, 2020.
- MATOS, Daniela; MAIA, Jussara Peixoto. A potência política da re-existência: corpos em performance contra o genocídio da juventude negra. *Contemporanea| Revista de Comunicação e Cultura*, v. 19, n. 3, p. 101-118, 2021.
- MYRRHA, Luana Junqueira Dias; TURRA, Cassio M.; WAJNMAN, Simone. A contribuição dos nascimentos e óbitos para o envelhecimento populacional no Brasil, 1950 a 2100. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 11, n. 20, p. 37-54, 2017.

MORAES, Camila Barros. O problema da moradia no Brasil tem cor? **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

OLIVEIRA, Anderson Silva. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. *Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 15, n. 32, p. 69-79, 2019.

OLIVEIRA, M. A. et al. Desafios e determinantes para um envelhecimento ativo e bem-sucedido: Uma revisão bibliográfica. *MIG Silva et al., Tópicos em ciências da saúde*, v. 4, p. 123-128, 2019.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 24, p. 216-240, 2018.

OLSHANSKY, S. Jay et al. Differences in life expectancy due to race and educational differences are widening, and many may not catch up. *Health affairs*, v. 31, n. 8, p. 1803-1813, 2012.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, & Population Division. *World Population Prospects: The 2017 Revision, key Findings and Advanced Tables*. Working Paper no ESA/P/WP/248, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) - *Envelhecimento Ativo: Uma política de Saúde*. Brasília: OMS, 2005. [Consult. 05 setembro. 2022]. Disponível na Internet: <URL:http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimentto_ativo.pdf>

PATIÑO, Rafael Andrés; FARIA, Lina. Práticas de exclusão social: reflexões teórico-epistemológicas em torno de um campo de estudos. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, v. 10, n. 2, p. 426-444, 2019.

PINTO, Thaline Costa. *Envelhecimento populacional e a sustentabilidade do mercado de saúde suplementar*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.

QUADROS, Alexander et al. Racismo institucional: uma revisão integrativa sobre a saúde da população negra. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 81483-81492, 2020.

RABELO, Dóris Firmino et al. Racismo e envelhecimento da população negra. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 21, n. 3, p. 193-215, 2018.

RABELO, Dóris Firmino. Violência e trajetórias de envelhecimento das populações negra, do campo, da floresta e das águas. *Gênero, Violência e Saúde: Processos de Envelhecimento*, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. Editora Companhia das Letras, 2018.

ROCHA, Jorge Afonso. O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. *Revista farol*, v. 6, n. 6, p. 78-89, 2018.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira; SILVA, Juliana Borges. Desigualdade de raça na vitimização de jovens por feminicídios e homicídios no Brasil: 2000-2018. *Violência No Brasil*, p. 17. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2022/12/Violencia-no-Brasil-Final.pdf#page=15>

SANTOS, Naylana Rute aa Paixão; RABELO, Dóris Firmino. Racismo e eventos produtores de estresse: narrativas de pessoas idosas negras. *Ciencias Psicológicas*, v. 16, n. 2, 2022.

SANTOS, Daniel Kerry dos; LAGO, Mara Coelho de Souza. O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos. *Psicologia usp*, v. 27, p. 133-144, 2016.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Limitada, 2017.

SILVA, Alexandre da. O envelhecimento na perspectiva do racismo e de outras formas de discriminação: influências dos determinantes institucionais e estruturais para a vida das pessoas idosas. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 22, 2019.

SILVA, Silvana Oliveira da et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, p. e00255621, 2022.

SILVA, Emilene Martins et al. Heranças da escravidão: da naturalização do racismo institucional ao genocídio da população negra. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, n. 21, p. 91-124, 2018.

SILVA, Tales Vinícius de Moura; SILVA, Leusa Alves de Moura. Trabalho infantil, escolarização e inserção das crianças negras no brasil republicano. *Educação e Cultura em Debate*, v. 7, n. 1, p. 23-38, 2021.

SILVA, Aline dos Santos et al. Envelhecimento populacional: realidade atual e desafios. *Global Academic Nursing Journal*, v. 2, n. Sup. 3, p. e188-e188, 2021.

SILVA, Ronaldo Maurity Ibanez da. *Aspectos socioeconômicos e demográficos: autonomia do idoso em gerir sua própria vida*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TEIXEIRA, Selena Mesquita Oliveira; SOUZA, Luana Elayne Cunha; MAIA, Luciana Maria. Ageísmo institucionalizado: uma revisão teórica. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 21, n. 3, p. 129-149, 2018.

TURRA, Cássio M. Os ajustes inevitáveis da transição demográfica no Brasil. *Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões*, v. 26, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The world health report 2008 - primary health care (now more than ever)*. Geneva: WHO, 2008.

WILLIAMS, David R.; PRIEST, Naomi. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, v. 17, p. 124-174, 2015.

YASSUDA, Mônica S.; NERI, Anita Liberalesso. *Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos*. Papirus Editora, 2014.